

Catecumenato Permanente — Antecedentes até a Aprovação da Moção em Concílio

Martim Reusch

1. Receios, Alegrias e Expectativas

1.1. Receios

Chego ao Simpósio com um misto de receios e de alegrias. Receios que interrogam: vamos querer recuperar, depois de 20 anos de uma caminhada como pessoas e como Igreja, neste país, uma proposta de ação importante no passado, mas que aparentemente não vingou?

Receios, porque percebo ainda hoje pouca abertura, pouca vontade de mudar os paradigmas, os modelos de nossa ação comunitária e pastoral.

Receios, porque, como naquela época em que iniciamos essa proposta e a formulamos, ainda hoje percebemos aquela atitude de distanciamento, de prevenção quanto às propostas missionárias novas que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) propõe no presente. As pessoas mantêm-se à distância, e isto significa que elas não se envolvem, não contribuem na elaboração da proposta missionária, não participam, nem criticamente, da construção de uma proposta nem vibram com ela.

Receios, porque vejo como é difícil para nós trabalharmos nossa compreensão de Igreja, nossa compreensão de ministério, a partir da comunidade, incumbida do ministério de testemunho e serviço no mundo.

Receios, porque continuamos interpondo barreiras de linguagem, de tradições já superadas, de cultura, de concepções e paradigmas que têm que ser revistos a partir do evangelho e de nossa confessionalidade, e porque não conseguimos nos antenar na realidade da cultura, nos mitos, na expressão da fé de nossas comunidades e seus membros. Como poderemos, assim, ser comunidade missionária, este grande desafio que a IECLB nos coloca de novo como meta prioritária hoje?

Receios, finalmente, porque naquela época (como seria hoje?) também instituições de formação teológica não se integraram à reflexão mais essencial dessa proposta de ação da Igreja e de sua teologia orientadora.

1.2. Alegrias e Expectativas

Mas chego ao Simpósio também com muitas alegrias e expectativas.

Alegria pelo reencontro com companheiros de uma caminhada que, considerado, foi muito importante.

O tema deste Simpósio é “Catecumenato Permanente — Um Desafio que Permanece”. A intenção, pois, não é avivar nossa memória histórica em torno de uma proposta missionária do passado, mas aprender dessa “história” para a nossa ação hoje. Alegro-me com este objetivo do Simpósio e participo dele nesta postura: vamos refletir, desvelar, articular, reinventar e dialogar sobre os referenciais que emergem dessa experiência de Catecumenato Permanente para nossa ação e aprendizagem hoje. Esta é a motivação boa e correta para o Simpósio: refletir sobre o Catecumenato Permanente e seu conteúdo como motivação para o presente, para os desafios que estão colocados para nossa ação hoje.

Acompanha-me um sentimento de alegria porque o Catecumenato Permanente foi um movimento que nasceu nas bases. Estamos aqui num ponto essencial para uma Igreja que quer ser missionária.

Chego com alegria e expectativa, pois constato que a lembrança do Catecumenato Permanente tem aparecido repetidamente quando obreiros, comunidades, lideranças da Igreja se ocupam, ou preocupam, com a ação e dinâmica missionária de sua Igreja.

Alegria, porque na busca de uma Igreja mais solidária repercutem constantemente os temas da teologia orientadora do Catecumenato Permanente, tais como:

— Enfatiza-se novamente a necessidade de articular uma teologia voltada à realidade de nossas comunidades.

— Falamos da necessidade de uma reflexão da fé a partir do evangelho na mediação de nossa realidade eclesial e contextual.

— Queremos uma Igreja que resgate o ministério dos leigos, não como um recurso metodológico, estratégico, mas como razão mais fundamental para a realização do ministério de testemunho e serviço da comunidade.

— Mais uma vez, como naquela vez nos núcleos comunitários, estamos identificando a importância decisiva da comunidade de grupos, identidade programática de Catecumenato Permanente que resiste em ser aplicada.

— A idéia de organização e planejamento de pastoral é retomada, não como algo que toma a si a realização do reino de Deus. Organização e planejamento de pastoral no sentido evangélico querem abrir espaços para permitir escolha e para participar, rejeitam imediatismos, somam conhecimentos para nesta forma trabalhar coletiva e criativamente, tomando as pessoas como protagonistas da “ação de Deus” com elas.

— Lembro, finalmente, que o Catecumenato Permanente foi para nós todos

que participamos uma experiência de engajamento, de vivência, de desafios, de opções que fascinou. Penso que é isto, também, que precisamos recuperar com lideranças e com membros de nossa Igreja, em todos os níveis, constantemente.

2. Antecedentes até a Aprovação da Moção do Concílio

No primeiro momento, falei de receios, de alegrias e expectativas, compartilhando com vocês lembranças, pensamentos, sonhos, perguntas que, é bem verdade, não foram só antecedentes da proposta do Catecumenato Permanente. Agora, quero recuperar mais objetivamente os “antecedentes” até a aprovação da moção relativa ao Catecumenato Permanente no Concílio Geral da IECLB de 1974.

Refiro-me aos “antecedentes”, pois, na verdade, o processo mais amplo de elaboração da proposta do Catecumenato Permanente — Discipulado Permanente e de suas bases teológicas e pedagógicas, de seus enfoques estruturais e suas proposições “estratégicas”, foi acontecendo muito depois do Concílio de 74. Posso ser mais sucinto, pois o nosso tema terá o enfoque de vários painelistas. Além disso, as colocações do P. Martin Volkmann, em sua preleção inaugural deste ano, distribuída a todos os participantes do Simpósio, aborda sistematicamente esses antecedentes. Entendo estas colocações como uma pequena introdução. Quero começar a aquecer a memória em torno do nosso tema. Vamos, pois, olhar brevemente para algumas “vertentes” principais dessa teologia orientadora e de seus significados.

2.1. Eu citaria, em primeiro lugar, o programa “Comunidade Missionária”, iniciado na Região Eclesiástica (RE) III. Em torno deste tema começava, na época, a elaboração de uma proposta de caráter regional, que tinha por objetivo “ser uma Igreja presente e atuante em seu contexto”. Tal proposta despertava a reflexão mais fundamental em torno de temas da eclesiologia, tais como: comunidade missionária, comunidade na IECLB, ministério. Além disso, essa proposta articulava muito concretamente a constituição de “núcleos” de 25 famílias, com equipes de acompanhamento desses “núcleos” e com um programa de ação, sistemático, a ser desenvolvido.

2.2. Outra vertente significativa da proposta do Catecumenato Permanente está no Plano Integrado de Ação Interparoquial (PIAI), desenvolvido na área da RE III e que era uma proposta mais abrangente, que ultrapassava os limites paroquiais, visando especificamente a formação de lideranças e a sua participação na ação pastoral. Essa opção pela capacitação de lideranças e sua participação efetiva nas ações de pastoral significou também uma revisão ou, como diz Volkmann, até uma ruptura com o modelo tradicional do obreiro pastor. Essa reflexão em torno do sacerdócio geral motivou o envolvimento e a capacitação de leigos e

leigas e a redefinição de paradigmas do pastorado, naturalmente não sem tensões.

2.3. Sem dúvida, uma vertente significativa presente na definição e posterior elaboração da proposta do Catecumenato Permanente foi toda uma nova visão de educação que estava começando a ser teorizada e articulada, também em ações concretas no país. Reflexos dessa nova visão pedagógica alcançavam também toda a prática em educação cristã. Lembro-me, por exemplo, de conceitos como processo de aprendizagem, sujeito-objeto, contextualização, criatividade, dimensão dialogal, aprender com os outros mediados pela realidade e outros conceitos que estão na elaboração do conteúdo do Catecumenato Permanente.

2.4. Não podemos nos esquecer que o tema “Comunidade Missionária” foi tema para o Concílio Geral de 74. É evidente que sua temática específica se aproximava muito da temática do Catecumenato Permanente. Os subtemas desse tema geral foram: Que é Igreja Missionária? Que é IECLB missionária? Testemunho, Comunhão, Diaconia.

2.5. Chego finalmente a um “antecedente”, uma vertente fundamental na elaboração do Catecumenato Permanente. Naquela época despertava toda uma reflexão em torno do ensino confirmatório que foi decisiva na formulação da proposta do Catecumenato Permanente. O Conselho Diretor nomeara, sob a coordenação do Departamento de Catequese, uma Comissão de Reestudo e Atualização do Ensino Confirmatório. Constituída, inicialmente, para avaliar a questão do material didático para o ensino confirmatório e para preparar material para este trabalho, essa comissão se deparou com a necessidade de um “reestudo global do ensino confirmatório e da confirmação”. O primeiro passo nessa direção foi a Miniconsulta sobre Ensino Confirmatório e a Confirmação (novembro de 1973). Ela apontou pela primeira vez, sob a designação “Catecumenato Permanente”, para o fato de que “a aprendizagem na fé é processo permanente” e não pode ser reduzido a um momento só.

A partir dessa consciência inicial de que o ensino confirmatório e a confirmação devem estar situados no contexto de “uma instrução constante na fé”, a Comissão convidou para uma Consulta de âmbito nacional sobre Ensino Confirmatório e Confirmação (julho de 1974). Um levantamento da realidade do ensino confirmatório e da confirmação, a reflexão teológica acerca do ensino confirmatório, da confirmação e da proposta do Catecumenato Permanente, a reflexão didático-pedagógica acerca do ensino confirmatório, da confirmação e do Catecumenato Permanente, a possibilidade de uma estratégia de ação e de um programa de ação concreta, que ocupou os participantes, foram criando o consenso quanto “à necessidade urgente da ação da Igreja no sentido do Catecumenato Permanente”. O documento que fixou as conclusões dessa Consulta conceitua o Catecumenato Permanente como “processo de atuação da Igreja, que visa a maturidade do cristão, isto é, a sua liberdade integral através da vivência do evangelho em co-

munhão e conseqüente ação responsável no mundo”, apontando objetivos concretos e implicações programáticas para a ação da Igreja.

2.6. Essa moção foi finalmente encaminhada pelo Conselho Diretor ao IX Concílio Geral da IECLB que se realizou em Cachoeira do Sul, nos dias 17 a 20 de outubro de 1974. Da ata do Concílio Geral cito, com alguns cortes, o encaminhamento da questão:

(...) apresentou a seguir o relatório do Grupo 6 que constava tão somente de uma moção referente ao Catecumenato Permanente (Documento anexo 38). A prolongada discussão ao redor do assunto que englobou igualmente a moção do Grupo 4, girou ao redor dos seguintes itens: a) O próprio grupo apresentou suas reservas quanto ao nome “Catecumenato Permanente”, não sabendo, no entanto, propor outra denominação. Igualmente foram levantadas restrições por parte do plenário tanto no que se refere ao termo “Catecumenato”, que é desconhecido e indefinido, quanto ao termo “Permanente”. Para definir o significado da expressão foi apontado que o CP é um processo de crescimento contínuo que leva em consideração as diferentes faixas etárias e que visa um crescimento na fé para que o membro possa formar uma decisão cristã, adulta, em meio aos desafios a que está exposto no mundo. Assim, o CP procura atender a necessidade de acompanhamento contínuo do membro. b) Procurando definir mais profundamente o que vem a ser o CP, foi apontado por diversos delegados a amplitude do mesmo. O CP não deve ser mais um programa ao lado de outros, mas deve ser a meta prioritária que envolve toda programação da Igreja. Assim, o Catecumenato Permanente não se restringe ao aspecto de ensino, mas engloba toda a atuação da Igreja. c) O CP não é um programa que vem da cúpula, mas é o resultado de uma preocupação que vem da base. Por isso a aprovação da moção não deve representar um voto de confiança ao Conselho Diretor ou outros grupos, mas deve ser uma idéia que engaja e norteia a todos. d) Foi levantada por vários conciliares a dúvida, sobre a possibilidade de a moção ser votada por falta de informação, por parte dos conciliares, sobre o assunto. O plenário não esteve preparado para uma questão de tamanha envergadura por não ter recebido o material a respeito com a devida antecedência. (...) De imediato foi posta em votação a moção tendo sido aprovada por maioria, com 8 (oito) abstenções e 2 (dois) votos contra. (...)

Martim Reusch
Região Eclesiástica VI
Caixa Postal 90
96810-970 Santa Cruz do Sul — RS